

TRANSGRAMÁTICAS:

Filosofia da Ciência da Informação, linguagem e realidade simbólica

Gustavo Silva SALDANHA

Doutor em Ciência da Informação pelo Convênio IBICT – UFRJ

Pesquisador Adjunto – IBICT

Professor Adjunto – Unirio

saldanhaquim@gmail.com

Resumo

O trabalho procurou discutir a compreensão da Filosofia da Ciência da Informação a partir da noção de transgramáticas. Tendo a filosofia da linguagem como base reflexiva, a pesquisa se orientou pelo reconhecimento da Retórica e da Filologia como saberes fundacionais do campo informacional, em diálogo com o desenvolvimento da epistemologia da Bibliologia ao longo do século XIX. A partir do método da “apresentação panorâmica” de Ludwig Wittgenstein, tomando a organização dos saberes como espaço discursivo, no qual se apresentaram, no tempo, os discursos de cientificidade da Bibliologia, da Bibliografia, da Biblioteconomia, da Documentação e da Ciência da Informação, reconheceu-se o papel comum da crítica da linguagem no desenvolvimento da filosofia geral do campo. Como conclusões, constatou-se a centralidade de um imperativo mimético na Filosofia da Ciência da Informação, a relevância contemporânea de um modelo simbólico de apreensão da realidade e a permanência extemporânea de microgramáticas metadiscursivas, aqui tratadas como transgramáticas, ou seja, unidades da práxis reflexiva e aplicada do campo de estudos da informação.

Palavras-chave: Transgramáticas. Linguagem. Filosofia. Ciência da Informação

CROSS-GRAMMARS:

Information Science Philosophy, language and symbolic reality

Abstract

This research discusses the Philosophy of Information Science from the notion of cross-grammars. Having the philosophy of language as base, the research was guided by the recognition of rhetoric and philology as foundational knowledge of the informational field, in dialogue with the development of epistemology of the bibliography throughout the nineteenth century. From the method of "panoramic presentation" of Ludwig Wittgenstein, the study recognizes the organization of knowledge as a discursive space where presented himself, in time, the scientific discourse of Bibliology, Bibliography, Librarianship, Documentation and Information Science. The critique of language is seeing how the common element in the

development these discourses in the Information Science general philosophy. In conclusion, it was noted the centrality of a mimetic imperative in Philosophy of Information Science, the contemporary relevance of a symbolic model of knowledge and permanence of extemporaneous metadiscursive microgrammars, here treated as cross-grammars, in other words, as units of reflection and application in the field of information studies.

Keywords: Cross-grammars. Language. Philosophy. Information Science

1 INTRODUÇÃO

O logos produz a criação contínua da cidade, porque é o artesão dessa harmonia (literalmente: 'identidade de espírito, de sentimento') [...]. (CASSIN, 2005, p. 69).

Sob o ponto de inflexão de uma realidade tecida a partir das manifestações simbólicas, relacionada, no contexto contemporâneo, com os pressupostos abertos pelos “neodocumentalistas” na epistemologia da Ciência da Informação (CI) e pela filosofia informacional de Rafael Capurro, procuramos discutir, neste trabalho, o desenvolvimento de uma reflexão sobre a filosofia dos estudos informacionais. Procuramos aqui a elaboração de um “quase-conceito” que se dá a partir de uma relação retórico-filológica das práticas bibliológicas reunidas do século XIX. O significante que nos importa é “gramática”, reelaborado sob a noção de “transgramáticas”, segundo o pensamento de Ludwig Wittgenstein, em diálogo com Sylvain Auroux, Friedrich Nietzsche, Michel Foucault e Jacques Derrida. Procuraremos, com tal noção, demonstrar que, do *Pinakes* de Calímaco aos tesouros novecentistas, das bibliografias às linguagens documentárias, estamos construindo espécies de “microgramáticas metadiscursivas” dentro da organização dos saberes (OS).

Reconhecendo o papel da mimese e a discussão sobre a “materialidade” da linguagem no campo, procuramos demarcar o papel da OS em um mundo logológico. Para tal, propomos aqui a noção de *transgramáticas*, que servirá como ferramenta conceitual para problematizar essa racionalidade proposta pelo domínio bibliológico em sua origem no século XIX. A título de revisão, consideramos a logologia, ou espaço de produção da reflexão sobre o discurso, como território da OS. Consideramos também, junto de Paul Otlet (1934), que o discurso faz nascer a cidade – em outras palavras, a cidade é uma invenção do discurso e, como tal, é materialmente um edifício discursivo.

Se aceitamos a reconstrução de uma “linguagem primitiva” da OS orientada sob a arte bibliológica entre Retórica e Filologia, reconhecemos, ainda, o quanto a noção de

“gramática” é cara aos estudos hoje tratados como “da informação”: dos diálogos atuais com a Linguística e com a Ciência da Computação, com a Antropologia e com a Comunicação, temos esse conceito como um núcleo comum. A partir de tais pressupostos desenvolvemos a reflexão que se segue.

2 A REGRAMATIZAÇÃO DO MUNDO PELA ORGANIZAÇÃO DOS SABERES: NO LABIRINTO DA CIDADE LOGOLÓGICA

As noções iniciais de “gramática” estão ligadas, em geral, a uma estrutura de cunho linguístico desde seu primeiro aparecimento. É o exemplo da gramática do sofista Protágoras, dividida em quatro classes de proposições – interrogativas, assertivas, desiderativas, imperativas – e complementada pela análise dos sufixos e a distinção entre nome, verbo e partículas.

Essas noções estão presentes de forma simbólica e “objetiva” na tradição bibliológica clássica:

Uma das lições de Alexandria é que as políticas de domínio da acumulação infinita, as tentativas de resumir, condensar, estruturar a memória e reforçar sua visibilidade são em si mesmas produtoras de seleção e de esquecimento. Como mostra Marc Baratin, **os tratados dos gramáticos latinos ilustram a tensão dialética entre o puro prazer da acumulação e o esforço de racionalização e de organização que visa o essencial de um campo de saber. O tratado de gramática se apresenta assim como uma biblioteca em que a língua latina inteira viesse se condensar num espaço de visibilidade sinótico ou, ao contrário, se dispersar numa infinidade de exemplos e singularidades, fugindo a todo controle.** (JACOB, 2008, p. 15).

A ideia de *transgramáticas* aqui desenvolvida responde por uma transversalidade permanente do fazer do organizador dos saberes, que se antecipa às fronteiras das linguagens de especialidade produzindo um saber singular e, ao mesmo tempo, heterogêneo. De um lado, nossa *transgramaticalidade* age respeitando e identificando a especialidade; de outro, integra os diversos domínios (exemplo objetivo seria a “comunicação científica) e também permite seu acesso a outras culturas de construção dos saberes (exemplo objetivo seria a “divulgação científica”). Propomos aqui uma “gramatologia de ordem inversa” ou “gramatologia de 2ª ordem”. Em termos objetivos, tratamos do outro extremo da gramatologia derridiana: uma gramatologia do traço simbólico, do traço não inscrito, ou, ainda, uma gramatologia da pós-escrita, a gramática *a*

posteriori.

Na medida em que a OS atua permanentemente sobre camadas de linguagens, ela está sempre reconstituindo retalhos de traços de discursos. É essa “pós-escrita” que poderá nos fazer interpretar – continuar realizando a hermenêutica capurriana dos saberes e sua Angelética – texto impresso e hipertexto. Reunimos, pois, a fonologia defendida de Platão a Saussure, e criticada por Derrida (2008), como a escritura pré e pós ativada. Em um só plano, a “gramaticidade” que ousamos perceber nada mais é que o gesto provisório do “escrito” sem lastro físico necessário – ainda que o possa ter –, um plano provisório de plasticidade, de “manifestalidade”.

Buscamos aqui a concepção da gramática como uma “máquina de fazer grammas” (gramática, do grego *grammatiké* – uma *techne* –, como técnica de fabricar *grammas*), respeitando, assim, o imperativo mimético que nos rege. Retomemos, para tal, Paul Otlet (1934, p. 13): o radical *gramma* aponta para uma noção de linha (*ligne* no original e *línea* na tradução espanhola do *Traité*). Também utilizado na Geometria, o radical, nos domínios da linguagem, indica letra, caractere. Gramático (*Grammaticus*) seria, pois, um homem de letras, literato, sábio, erudito, crítico, filólogo. Por sua vez, revela o advogado belga, *grammatophorus* indica “mensageiro”, ou “portador de um escrito”. Ainda: *grammatophylacium* indica arquivos e *Graphice*, arte do desenho; *graphion* significa desenho, plano, esboço (*esquisse*), arte de levantar / encerrar / concluir / receber planos (no original, *art de lever plans*). Na tradução espanhola do *Traité*, “arte de levantar planos” (OTLET, 1996). Preferimos ampliar a noção de *lever*: ela pode se caracterizar como “levantar”, “erguer”, “coletar”, “receber”, “fermentar”, “crescer”); *Graphium*, estilete, furador/cunha (no original, *poinçon*) para escrever sobre cera.

Otlet (1934) lembra que o radical *gramma* virá a compor termos como telegrama e diagrama. Aos estados ligados à ordem das coisas, vocábulos como cronograma são criados, também, recebendo o mesmo radical. A discussão etimológica é dada no momento em que o advogado belga trata da construção do neologismo “documentação”. Nesse instante, ele reflete sobre a terminologia útil em suas mãos no universo lexical bibliológico e aponta para quatro radicais latinos com significados semelhantes: *biblion*, *grapho* (*grammata gramme*), *liber* e, por fim, *documentum* (OTLET, 1934, p. 12). Nas primeiras páginas de seu *Traité*, o

advogado belga reclama da ausência de um vocabulário científico e amplo no domínio bibliológico, traçando uma crítica comum até os dias atuais: a proximidade entre os termos técnico-científicos da OS e a linguagem usual (está neste aspecto uma das recorrentes críticas ao uso do termo informação e sua polissemia). Dessa maneira, o radical *gramma* está presente em nossos fundamentos; é também, como revela Otlet (1934), parte de nossa “linguagem primitiva” e está, implícita ou explicitamente, presente em nossa paisagem discursiva, seja em nosso percurso como uma arte, até o século XIX, seja em nossas epistemologias nos últimos dois séculos.

No âmbito da fronteira “filologia bibliológica”, Otlet (1934, p. 28) nos atenta para a “gramática comparada” como método que deverá ser apropriado pela Bibliologia – em suas palavras, seria o modelo de estudos a se esperar do campo bibliológico. Assim como a organização bibliológica – diríamos, a “arte gramatical” da Bibliologia – “perfecciona” os documentos, a gramática “perfecciona” a língua (OTLET, 1934, p. 374). A gramática, segundo Otlet (1934, p. 85), representa a arte de ensinar a falar e a escrever corretamente. Nasceu muito depois da poesia e da eloquência. Seus primeiros traços se encontram em Platão e Aristóteles. Só começa a se tornar ciência quando os filósofos de Pérgamo e Alexandria se ocuparam de analisar a cultura grega.

Aprofundando nossa hipótese da OS como disciplina da linguagem, Paul Otlet (1934, p. 223) toma a Linguística como o estudo da fonética e da estrutura (morfologia, sintaxe) das línguas com vistas à classificação sistemática e dedução de leis gerais – ciência da linguagem como fenômeno natural. O elemento dominante da linguística é o espírito de comparação e de síntese. A Filologia, por sua vez, estuda de forma profunda uma língua ou família de línguas, critica seus documentos, busca situá-los no tempo e no espaço, explicá-los em seu sentido profundo, determinar seu autor e verificar sua autenticidade (hermenêutica e crítica). Estuda também a evolução dos gêneros literários, comparando as literaturas. O elemento dominante da Filologia é o sentido histórico e o culto ao belo. A Filosofia da Linguagem é a exposição das conclusões da linguística e da filologia tendo em conta os resultados adquiridos no domínio das diferentes ciências que relacionam. Nesse bojo dos saberes da linguagem, a Bibliologia desenvolve seus métodos, suas teorias, seus produtos e seus serviços de/para/sobre a linguagem, saberes, todos eles, *transgramaticais*.

2.1 TRANSGRAMÁTICAS: UMA METÁFORA

Faremos a tentativa de delimitação da noção de *transgramáticas*, inicialmente, a partir de uma metáfora. Essa metáfora está, indiretamente, em Wittgenstein (1979) e Foucault (1971, 2010). Imaginemos uma densa camada de linguagem como uma teia de aranha: simultaneamente transparente e “material”/penetrante. Imaginemos a realidade como algo que está atrás dessa teia – a “aproximação da realidade”, antes de tudo. Na visão da filosofia da linguagem ordinária, não existe nem o objeto em si nem a consciência de existência do objeto, senão, antes, como a “impressão” linguística de que estamos “percebendo” algo atrás desta teia.

Nossas sensibilidades e o mundo sensível, ou seja, nossa pretensa natureza e a pretensa natureza que nos cerca não “existem” senão como o que há de opaco, a turva imagem que há na linguagem. Não vemos, não sentimos, não tocamos em absolutamente nada – nem a coisa, nem a consciência da coisa em nossa consciência. O que nos acontece no processo de trabalho é: realizar um julgamento discursivo intersubjetivo de que existe algo a que denominamos “objeto”. Vivemos um grande labirinto, onde até mesmo o chão e o céu são construções linguísticas, sem elas, “caímos” (no inumano), simplesmente “não existimos” (lembramos, a ideia de existência só é possível a partir da linguagem), uma vez, como Nietzsche (1999), que nosso primeiro instinto humano é a linguagem. Sem ela, somos como animais.

Estamos “presos” a um grande e imensurável castelo de linguagem, tão presente no metaforismo histórico do livro (CURTIUS, 1996) quanto no *Traité* (OTLET, 1934), que nos liberta para o “humano” e nos afugenta do “animal”. Esse castelo, como visto, é representado pelos macroprojetos das relações sociais, que vão dos rituais comunitários às grandes cidades, chegando aos projetos de metacidades, como o *Mundaneum*. Não tocamos senão a superfície da profunda, porém, delicada, teia de linguagem que envolve a “significação” de um “objeto”.

Para chegar à “coisa” ou, ainda, para afirmar nossa “consciência” de existência da coisa, seria necessário polir, eternamente, como um ourives casmurro, até o último grau da teia de linguagem que cobre a “essência” do “objeto” e a “essência” de nossa “consciência” – e, ao final, só nos restaria a “animalidade”, o “inumano”, esse, que já se trata de um

“humano nebuloso”.

2.2 A GRAMÁTICA COMO GRAMÁTICA: TRAÇOS DE UM CONCEITO

A revisão sobre o conceito de “gramática” como manifestação propriamente dita conduziria o trabalho a outra construção. Nosso objetivo foi apontar para as relações iniciais entre os campos da linguagem, incluindo a Bibliologia, e este conceito. Realizamos agora um pequeno recorte conceitual para chegarmos ao nosso objetivo.

Como nos revela Fortes (2010, p. 71)

O próprio termo **grammatiké (grammatikhv)** revela profundas mudanças ao longo do tempo: inicialmente se referia à **capacidade de decodificação da escrita, ou à leitura**, passando a significar, posteriormente, o **ensino das letras** (grammata). Os estudos propriamente metalinguísticos eram realizados sob o prisma de outra disciplina, a *filosofia*, que, na Grécia Antiga, englobava praticamente todas as esferas do conhecimento. Portanto, as observações mais antigas sobre a linguagem de que se tem notícia foram produzidas sob a insígnia das **investigações filosóficas** (pré-socráticas, retóricas, sofistas, platônicas etc.), até que fenômeno lingüístico atingisse um *status* de **autonomia epistemológica**, fato ocorrido não antes do século III a.C., com os **filósofos estóicos** e, em II a.C., com os **filólogos alexandrinos**. (FORTES, 2010, p. 71, grifo nosso).

Em termos históricos, é conferida a Platão a criação da gramática.

Segundo uma tradição registrada por Diógenes Laércio, **Platão foi o primeiro a teorizar a possibilidade de uma Gramática**. De fato, é freqüente nos textos de Platão a referência à **Gramática, cuja natureza é definida com mais precisão no Crátilo. O fundamento dessa definição é a analogia entre a Gramática e a arte figurativa**. Assim como um artista procura reproduzir os traços dos objetos com o desenho e as cores, o **gramático** procura fazer a mesma coisa com as sílabas e as letras. Seu objetivo é imitar a substância das coisas. Se ele chegar a reproduzir tudo o que pertence a essa substância, sua imagem será bela, mas, se deixar alguma coisa fora ou se acrescentar algo não pertinente, sua imagem não será bela. Nesse aspecto, **o gramático é um artífice de nomes, portanto um legislador que pode ser bom ou mau**. Esse é o primeiro conceito de gramática formulado, e é normativo porque, segundo ele, o gramático não descreve, mas prescreve: é um ‘legislador’. Parece ser análogo o conceito de Aristóteles, que define a Gramática como ‘ciência do ler e do escrever’ Top., VI, 5, 142 b 31. Esse conceito praticamente não foi alterado até os tempos modernos. (ABBAGNANO, 2007, p. 569-570, grifo nosso).

Se tomada em seu sentido dicionarizado, o termo “gramática” responde por um

“conjunto de prescrições e regras que determinam o uso considerado correto da língua escrita e falada”. Trata-se, também, de um “tratado descritivo-normativo da morfologia e da sintaxe de uma língua”, o que, neste caso, deixa de fora a fonética e a semântica. A gramática pode ser “comparada”, representando um ramo da Linguística que compara uma ou mais línguas, “confrontando suas estruturas fonéticas e morfológicas”; descritiva ou expositiva, que estuda a sincronia da língua, como as gramáticas tradicionais; “gerativa”, descrição que usa regras formalizadas, “constituindo um conjunto de instruções inteiramente explícitas e de aplicação mecânica, e que são capazes de gerar todas as frases gramaticais de uma língua e nenhuma agramatical”; “histórica”, que estuda as “mudanças sucessivas dos sistemas (fonético, morfológico, gramatical) de uma língua”; “normativa”, tipo de gramática descritiva que estabelece “normas de uso de uma língua”, determinando aquilo que não se deve usar; transformacional, tipo de gramática gerativa que inclui a ideia de transformação – “aplicação de um conjunto de regras que convertem uma estrutura profunda de uma língua em estrutura superficial”; e, por fim, “universal”, ou “conjunto de princípios inatos e universais que registram a forma e o funcionamento das gramáticas particulares de diferentes línguas” (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2009, p. 984).

Prisciano, com sua gramática, constitui um marco na compreensão da linguagem. Retomando Baratin (2008, p. 231), entre 525 e 527, em Constantinopla, Prisciano “redefine os limites da exposição sistemática de gramática em relação à tradição latina, introduzindo, após a apresentação dos sons e das sílabas, e, em seguida, dos constituintes do enunciado (as diferentes categorias de palavras), um nível superior de análise [...]”. O que temos aqui é a construção de uma epistemologia para a linguagem pautada em dois pólos: um “princípio explicativo (*ratio*)” e um princípio orientado para a “multiplicidade de empregos atestados (*usus*)”. O mesmo podemos encontrar na obra e no pensamento de Charles Ami Cutter, em suas Regras para um Catálogo Dicionário, no século XIX.

O **pensamento metalinguístico ocidental** reconhece suas origens e vinculações em um número de disciplinas, especialmente nos estudos linguísticos do século XX. Contudo, é preciso reconhecer a pré-existência da metalinguagem a tais estudos, que se abrigaram, *lato sensu*, sob a rubrica de “Linguística moderna”. [...] No vasto espectro das produções gregas e romanas que se intitularam “gramaticais”, avulta a obra de Prisciano de Cesareia, cuja obra mais importante, *as Institutiones grammaticae* [...] (FORTES, 2010, p. 69, grifo nosso).

De volta à Idade Média, encontramos em Dionísio Trácio um modelo de construção da Gramática.

A obra que hoje se considera exemplar na aplicação dos **princípios filosóficos gregos ao exame de sua língua** é a *Tékhne grammatiké* de **Dionísio Trácio**, escrita no século II a.C., cuja concepção de gramática (“o conhecimento empírico do uso geral dos poetas e prosadores”) estaria presente nos trabalhos latinos posteriores): em um primeiro momento, em Roma, a *ars grammatica* representou, por isso, um programa escolar voltado para a apresentação e comentário dos textos clássicos à juventude; e obteve uma especialização enquanto “teoria” ou “descrição linguística” somente muitos séculos depois, com o aparecimento de outras finalidades para seu estudo, como o aprendizado do latim como língua estrangeira ou a possibilidade de acesso a uma variante latina que havia muito não era falada pelo povo comum cotidianamente (FORTES, 2010, p. 72, grifo nosso).

Segundo a análise histórico-filosófica de Marcondes (1985), após o período alexandrino, a Idade Média começa a desenvolver as “gramáticas especulativas”, que se tornaram fundamentais – e reflexão central – no século XVIII. Essas estão sistematicamente presentes nas tentativas do fisicalismo informacional, de uma documática, de uma automação de bibliotecas como disciplina básica do discurso da Biblioteconomia e da CI do pós-guerra.

A Modernidade, desse modo, manipulará insistentemente a noção de gramática. Segundo Foucault (2002), o século XVI marca a manifestação da gramática no mundo como espaço de criação. Aqui, a linguagem, no jogo de similitudes e assinalações, é estudada como a própria natureza – e isto é o que veremos no fazer bibliológico primitivo, em que o produto mimético é tomado como o objeto.

É nesse contexto, segundo Foucault (2002, p. 48-49), que aparece a gramática de Ramus (*Grammaire, Paris, 1572*) dividida em duas partes - uma voltada para a etimologia, buscando não o sentido primário do termo, mas suas propriedades intrínsecas, contidas nas letras, sílabas e na totalidade das palavras; a segunda voltada para a sintaxe, com o propósito de ensinar a construção do jogo de palavras. Diferentemente do foco dos gramáticos dos séculos XVII e XVIII, preocupado com a representação, o desejo aqui está em identificar virtudes internas que aproximam/distanciam as palavras.

O **estudo da gramática** repousa, no século XVI, na mesma disposição epistemológica em que repousam a ciência da natureza ou as disciplinas

exotéricas. As únicas diferenças são: há uma natureza e várias línguas; e, no esoterismo, as propriedades das palavras, das sílabas e das letras são descobertas por um outro discurso que permanece secreto, enquanto na **gramática** são as palavras e as frases de todos os dias que, por si mesmas, enunciam suas propriedades. A **linguagem está a meio caminho entre as figuras visíveis da natureza e as conveniências secretas dos discursos esotéricos.**” (FOUCAULT, 2002, p. 48-49, grifo nosso).

Também no contexto da Modernidade, no bojo do desenvolvimento das “gramáticas especulativas”, surge a chamada “Gramática Geral e Razoada” dos “Senhores de Port-Royal” – resultante da tradição do mosteiro jansenista de Port-Royal-des-Champs. Publicada em 1660, sob a influência de René Descartes, representa uma gramática universal que terá influências até no século XX, por exemplo, em Noam Chomsky. Partia de uma visão sobre a linguagem com base racional e filosófica (ARNAULD, LANCELOT, 2001).

Na gramática de Port-Royal, as palavras são definidas como “sons distintos e articulados, que os homens transformam em signos para significar pensamentos”. Por isso, não seria possível compreender a diversidade de modalidades de significação se não compreendêssemos nosso pensamento, “pois as palavras foram inventadas exatamente para dá-los a conhecer” (ARNAULD, LANCELOT, 2001, p. 29).

Segue dessa relação entre conhecimento, espírito e gramática, a relação visualizada a partir da filosofia, que ensina, segundo Arnauld e Lancelot (2001, p. 29), três operações do espírito: conceber, julgar e raciocinar. A primeira operação “não é mais do que um simples olhar de nosso espírito sobre as coisas, seja de um modo puramente intelectual, como quando conheço o ser, a duração, o pensamento, Deus; seja com imagens físicas, como quando imagino um quadrado, um círculo, um cachorro, um cavalo”. Julgar, por sua vez, é “afirmar que uma coisa que concebemos é tal ou não é tal, como quando afirmo, depois de ter concebido, o que é a *Terra* e o que é *redondo*, que a *Terra é redonda*”. Por fim, raciocinar é “servir-se de dois julgamentos para produzir um terceiro, como quando concluo, após ter julgado que toda virtude é louvável, que a paciência é louvável”.

Como observado, a noção de “gramática” como elemento de caráter “prescritivo” é refletida na Antiguidade e no Período Medieval. A partir do fim da Idade Média, com a Escolástica, encontramos o início da Gramática especulativa. Apenas no século XIX, com Humbolt – *Sobre a Diversidade da Constituição da Linguagem Humana*, de 1836 –, a

“gramática” ganha em definitivo seu caráter descritivo – e não mais normativo ou legislativo. Seu foco aqui está em investigar, na língua, as uniformidades que constituem regras ou leis. Emprega-se, deste modo, nos estudos modernos vinculados à noção de “gramática”, as ferramentas estatísticas.

Também Martin Heidegger, agora no século XX, em *Ser e Tempo*, procurará retirar a lógica da estrutura da gramática. Sua procura está em determinar uma “gramática” que não está focada na estrutura das coisas, mas a estrutura da existência humana, específica e distinta daquela (ABBAGNANO, 2007, p. 569-570). Por trás desta construção, que oscila entre uma noção de “gramática” como “prescrição” e como “descrição”, está sua enraizada relação com a “educação” – ensino propriamente dito –, já presente nos Sofistas, e marcada no século XX em Wittgenstein (1979).

2.3 DA GRAMÁTICA PROFUNDA: SOB A “REGRA WITTGENSTEINIANA”

Segundo Frohmann (2011), podemos começar uma nova visão filosófica sobre os documentos contra a tradição de Descartes, Hume e Kant, por exemplo, a partir de Wittgenstein (1979) preocupado com doenças filosóficas estruturais da linguagem que se tornam problemas filosóficos. O “neodocumentalista” ainda sugere que a noção de Jacques Derrida sobre o traço-estrutura do sinal como possibilidade de um signo que é sempre infectado pela interatividade, isto é, pela possibilidade de ser reinscrito em outras cadeias de signos (FROHMANN, 2011, p. 58).

Por sua vez, Lopes (2006) lembra que o Nietzsche do *Ensaio sobre a verdade e a mentira* propõe que tanto os termos universais como aqueles singulares e os nomes próprios são produtos de um arranjo humano da linguagem. O filósofo alemão estaria aqui, pois, a criticar a “sedução que a gramática exerce sobre os filósofos, que os leva a compor uma ontologia com base na estrutura sintática e semântica da linguagem”. Teríamos aqui, deste modo, uma hipostasiação, que levaria à transformação de “formas e relações linguísticas em entidades metafísicas” – isto ocasionaria “uma permutação entre causa e efeito no domínio prático (quando o que está em jogo são conceitos morais) e um povoamento excessivo do mundo (e das nossas teorias sobre o mundo) com formas e espécies que a natureza desconhece” (LOPES, 2006, p. 80). É aqui que adentra, em nossa visão, a gramática da linguagem ordinária de Wittgenstein (1979).

O filósofo de Viena concebe dois usos para o termo gramática. De um lado, encontramos a gramática superficial, de outro, a profunda. Retomemos os conceitos: a primeira seria aquela dos linguistas. A segunda representaria o método filosófico: a gramática wittgensteiniana, um conjunto de regras sociais e culturalmente negociadas, tecidas, desenvolvidas que estabelecem “acordos tácitos e provisórios”.

As noções de gramática aparecem no bojo da gestação de um saber bibliológico. Na Antiguidade, a gramática já ganhava a estrutura de sua função contemporânea. Diante da “explosão bibliográfica alexandrina”, a gramática do Mundo Antigo nascerá como uma “racionalização da acumulação”, ou seja, os “textos são a diversidade, materializada e manifestada em sua origem pela biblioteca, e a gramática, nascida dessa acumulação, se apresenta como o princípio racional que permite nos encontrarmos na diversidade, e, por conseguinte, lê-la” (BARATIN, 2008, p. 229).

Esse princípio normativo, porém aberto, estará presente na descrição conceitual da “gramática” de Wittgenstein (1979), sob novo ângulo, um ângulo que nos ajuda diretamente a compreender nossa movimentação nos dias atuais, entre “instituições modernas” – estado, hospitais, prisões... – e “instituições pós-modernas” – redes sociais, blogs, twitter. Aproximam-se, aqui, significados estruturais do conceito de gramática, resumidos na busca por uma “racionalidade”. No entanto, o horizonte wittgensteiniano é inovador na medida em que postula a existência de plurigramáticas, determinadas apenas por “topografias” de uso. “Aquilo que se impregna diretamente em nós, pelo uso de uma palavra, é o seu modo de emprego na construção da frase; a parte do seu uso – poderíamos dizer – que se pode apreender com o ouvido” (WITTGENSTEIN, § 664, 1979, p. 169).

A “gramática profunda”, ao contrário do que pode parecer, não está em um mundo extrassensível, mas na própria sensibilidade do mundo, cuja “pele” é a linguagem. A “profundidade” não está na ideia (platônica) nem no organismo (científico) da coisa; também não está na superfície; está, sim, na manifestação simbólica dada pelo seu uso. Tocar alguém ou uma comunidade é se integrar ao uso de sua língua. Tocar o “rio” da OS é vivenciar/sentir seus significados na ação – no uso, no jogo, que imprime vida aos seus conceitos. E esta vida é a própria aprendizagem. A “gramática” wittgensteiniana se dá a partir da linguagem ordinária, e suas regras são construções culturais, dadas sempre no *a*

posteriori de compartilhamento destas regras: são estabelecidas por comunidades que jogam com a linguagem, no cotidiano. Encontramos a direção microgramatical de intervenções da OS na realidade discursiva, como tesouros, estudos de uso e usuários, produtos e serviços da divulgação científica, recuperação da informação etc.

2.4 UMA GRAMATOLOGIA: O ARQUI-TRAÇO DE DERRIDA

Ao contrário de Wittgenstein (1979), a ideia de “gramática” é tomada também no século XX a partir de uma visão *a priori*: criticando a consagração da fonologia presente no espaço-tempo que vai de Platão a Saussure e Lévi-Strauss, Derrida (2008, 2009) identifica uma “ciência da escritura”, que chamará de “gramatologia”. Contra o “privilégio da *phoné*” iniciado no pensamento platônico, Derrida (2008, p. 9) não aceitará a ideia da escritura como uma técnica a serviço da linguagem, colocando ela, a escritura – que é *arquiescritura* – como anterior à própria linguagem da qual, em geral, tratamos.

Segundo Abbagnano (2007, p. 571-572), a “gramatologia” refletiria, prioritariamente, o “estudo da escrita”. Este termo teria sido primeiramente apresentado em *Foudantions of Gramatoloy*, de I.J. Gelb, em 1952. Foi com o filósofo Jacques Derrida, porém, que ganhou forma a partir da obra *Da Gramatologia*, de 1967. Diferentemente de Gelb, para quem a gramática seria uma “ciência empírica da escrita” – ou seja, um “apêndice” da Linguística –, a Gramatologia se daria segundo um olhar inverso na obra derridiana. Em Derrida, a Gramatologia não é uma mera “transcrição da voz”: trata-se de uma “arquiescrita”, que é significada como “processo de inscrição do traço geral” ou, ainda, “retenção de uma impressão” que pode ser sensível, intuitiva ou lógica. A reflexão de Derrida toma como ponto de partida as considerações de Husserl sobre a constituição da presença através da retenção: aquilo que consideramos presente não é simplesmente um dado, mas é o resultado de um conjunto de memórias (retenções) e de expectativas (protensões). Esse sistema se constitui como uma arquiescrita de que a escrita empírica não passaria de imagem ou modificação possível.

O que pode ser chamado de “dado fenomenológico primário” é tomado pela imagem da mente como “tabula rasa”, na qual o percepto se inscreve, registrando um traço.

Já no quarto livro da Física de Aristóteles, a constituição do espaço e do tempo precede a da possibilidade de reter, e ilustra-se através da **imagem**

de uma linha (grammè) composta de pontos coexistentes no espaço e sucessivos no tempo; de tal modo, uma gramatologia não define as condições de possibilidade do ser (que é dado e não pode ser criado), mas sim das suas determinações estéticas fundamentais, a presença espacial e o presente temporal. Segue-se que tal Gramatologia é entendida como uma ontologia fundamental e uma reflexão sobre as possibilidades da ciência, e configura-se como uma crítica ao logocentrismo (ou seja, da referência prioritária ao *logos* como linguagem, entendido como único veículo do conhecimento identificado com a consciência) que caracterizou a cultura ocidental, e mais proximamente a tradução do esquematismo em linguagem que caracterizou a tradição pós-kantiana, para culminar com a redução do próprio ser em linguagem em M. Heidegger e em H.G. Gadamer. (ABBAGNANO, 2007, p. 571-572, grifo nosso).

A reflexão de Derrida (2008) é fundamental, primeiramente, para a OS, não apenas por conta da noção de “gramática” e por sua vinculação a uma filosofia da linguagem. Como reflete o filósofo francês, se a cibernética nos permite quebrar a dicotomia histórica homem x máquina, ela encontrará “a noção de escritura, de traço, de grama ou de grafema” (DERRIDA, 2008, p. 11). Em nossa visão, trata-se, na verdade, de um reconhecimento de nossa “natureza” – como afirma a visão retórica nietzschiana – na linguagem e em nosso imperativo mimético. Mais do que isso, levar-nos-ia, esta condição, a perceber as gramáticas como máquinas miméticas, fundamentalmente aquelas “microgramáticas metadiscursivas”, como bibliografias, catálogos e tesouros.

As práticas modernas entendidas como “práticas de informação” por Derrida (2008, p. 12) demonstram a limitação da fonética e da fonologia como núcleo de qualquer sistema filosófico. Contra o fonocentrismo da “presença”, foco de uma filosofia duradoura no Ocidente, que apaga o papel escritural da linguagem – “A época do *logos*, portanto, rebaixa a escritura, pensada como mediação de mediação e queda da exterioridade do sentido” –, o filósofo francês busca o “traço” da escrita que é anterior à fala (DERRIDA, 2008, p. 15).

Em outra direção àquela tomada pela tradição que é filha do *Fedro*, tão importante para a fundamentação/negação da Bibliologia como um saber, Derrida (2008) recupera Curtius (1996) e o simbolismo do livro, procurando atentar-nos que, mesmo aqui, encontramos uma visão naturalizada, ou divinizada. Ao contrário destas visões, o filósofo francês procura determinar que uma possível arquifala é, na verdade, uma escritura (DERRIDA, 2008, p. 21). Nesta medida, o fim do livro, o fim da ideia do livro – totalidade –,

com sua violência, “desnudaria a superfície do texto” (DERRIDA, 2008, p. 22).

Esse movimento interpretativo derridiano nos conduziria a uma nova ciência da linguagem, a Gramatologia propriamente dita, que “deveria reencontrar as relações *naturais*, isto é, simples e originais, entre a fala e a escritura, isto é, entre um dentro e um fora” (DERRIDA, 2008, p. 43). Neste sentido, “é preciso reconhecer o enraizamento do simbólico [...] no não-simbólico, numa ordem de significação anterior e ligada”, nos demonstra Derrida (2008, p. 58), recorrendo à análise da semiótica de Peirce. A “escritura” é tomada, nesta ciência, como um “jogo na linguagem” e, sendo o próprio “jogo”, ao entrarmos nele – ao entrarmos no mundo através do único canal (pelo menos, único canal do homem), que é a escritura –, estamos, segundo Derrida (2008, p. 61), sempre no “vir-a-ser-imotivado do símbolo”.

Pensemos, pois, preliminarmente, na OS como um dos ramos da Gramatologia – assim como o é a “fala”. Se reconhecida a argumentação da Bibliologia, como arte na Antiguidade e no Medievo, como *epistême* no século XIX, como uma ciência da linguagem, ela derivaria, se aceita, por sua vez, a visão gramatológica de Derrida (2008), da própria ciência que trata de apontar, antes de encontrar, a “arquiescritura”. Que tipo de ramo gramatológico seríamos: o outro lado do caráter abissal do objeto derridiano, ou seja, não o *arqui*, mas o *pós*. Enquanto sobrevive sobre um imperativo mimético, ou seja, enquanto “vivencia” a “realidade” como “discurso”, a OS hoje, fruto bibliológico, devotada à linguagem, só pode ser pensada, dentro ou fora da Gramatologia, como pós-gramatológica, como um saber da linguagem que está sempre à procura da “gramática por vir”. Se atravessamos um percurso de ampla significação como um saber gramatológico fundamentado na tradição das “gramáticas especulativas” – que estão de Conrad Gessner a Dewey, de Dewey a Bush –, as transformações contemporâneas relacionadas à nossa forma de vida, principalmente o “neodocumentalismo”, em termos epistemológicos, e a *web*, em termos político-sociais, demonstrariam que nosso “discurso geral” reconhece sempre a possibilidade de compreensão das regras como o pragmatismo wittgensteiniano: somos uma outragramatologia, aquela das “gramáticas ordinárias”. A essas, finalmente, definiremos *transgramáticas*.

3 AS MICROGRAMÁTICAS METADISCURSIVAS: SOBRE AS TRANSGRAMÁTICAS

Reconhecendo os pontos de vista de Galindo Romeo (1941), Kroll (1941) e Saussure (1985), o conceito de “gramática” e de “gramático” é anterior ao próprio conceito de “filólogo”, esse que, por sua vez, confunde-se com as noções que respondem pelas práticas da OS, como “bibliotecário”, “biblioteca” e “bibliólogo”. Isto significa, em nossa revisão, a identificação das semelhanças de família em termos ancestrais dos significados que envolvem os domínios da linguagem em questão. Em outras palavras, somos, em certa medida, um tipo de gramático (*grammaticus*), conforme Otlet (1934) e, antes, Peignot (1802).

Nossa hipótese nocional é que as *transgramáticas* dizem respeito a microgramáticas metadiscursivas fundadas em um ponto central dentro da vivência de uma linguagem para sua superfície estrangeira, otimizando a comensurabilidade interna e potencializando a comensurabilidade com o mundo exterior. Como demonstra Joseph (2008, p. 27), a gramática representa a arte da linguagem que trata da “coisa-tal-como-ela-é-simbolizada”. Pelo prefixo latino *trans*, que vem significar o “através”, o “movimento para além de”, a “posição além de”, buscamos construir a noção de uma teia de gramáticas que procuram, a partir de uma linguagem específica, emancipar esta linguagem e construir elos entre esta e as demais linguagens existentes.

A partir da noção de *transgramáticas*, podemos estabelecer categorias de gramatização fundadas no devir metainformacional do organizador dos saberes, partindo da “gramática geral” – no vocabulário metodológico adotado, “gramática profunda” – da OS para suas microgramáticas metadiscursivas. Temos, desse modo, por exemplo, as *pergramáticas*, que atuam através de linguagens específicas, como tesouros e ontologias, as *epigramáticas*, que visam à posteridade, como os modelos gerais de conservação e segurança da informação, as *circumgramáticas*, que visam a tratar das gramáticas que se estabelecem no entorno das fronteiras do campo, como as técnicas de entrevista do serviço de referência, as *entregramáticas*, que atuam no diálogo entre outras microgramáticas, como bibliografias especializadas e classificações científicas de domínios autônomos, as *ecgramáticas*, que visam ao movimento para fora de uma área a partir de traduções, como a divulgação científica e ação cultural. A passagem fundamental no terreno epistemológico que encontramos neste sentido em nossa reflexão contemporânea seria o deslocamento das *transgramáticas* para as “políticas transgramatizacionais”.

O neologismo não é uma invenção nossa: ele está dado em experiências distintas, principalmente no âmbito dos estudos linguísticos. Em nosso caso, ele tem uma correspondência direta (e é proposta a partir destas influências) com o pensamento dos seguintes autores: Ludwig Wittgenstein, Silvyan Auroux, Michel Foucault, Friedrich Nietzsche e Jacques Derrida. Conforme Auroux (1998), apenas há uma ciência da linguagem quando podemos identificar um saber metalinguístico, ou seja,

quando se dispõe de uma linguagem (metalinguagem) para representar uma outra linguagem (linguagem objeto). [...] O nascimento das ciências da linguagem é a passagem de um saber epilingüístico [o conhecimento natural de uso da sua língua que todos a princípio têm] a um saber metalinguístico (AUROUX, 1998, p. 77, grifo nosso).

Reconhecendo essa metalinguagem e o papel da noção de “gramática” na reflexão e na aplicação dos estudos informacionais sob o ponto de vista das ciências da linguagem, buscamos, para delinear a noção em construção, a relação entre *trans* e *gramática*. O uso do radical latino *trans* – ou *tras* ou *tres* – se dá pelas seguintes questões: a noção de algo que está “além de”, “para lá de”, “depois de”. O radical reflete, em nossa apropriação, a ideia de algo que está sempre no *a posteriori*, em permanente construção. Por sua vez, a noção de *gramática* é aqui tomada tanto no sentido prescritivo como no sentido descritivo, mas, fundamentalmente, está determinada pelo seu caráter construtivo, criativo, aberto. Como prescritiva, ela o é através de regras não dogmáticas – regras segundo o conceito wittgensteiniano: essa “gramática” se dá pela construção de acordos. Como descritiva, ela se dá segundo a verificação de semelhanças de família que permitem apresentar as relações aproximadas de significado dos termos e das ações. Como criativa, ela é produtora dos significados que movem o mundo dos homens.

Se a ciência, e menos – ou mais do que isso –, o “Conhecimento” filosófico, e menos – ou muito mais do que isso –, os saberes “comuns” são “gramáticas” no sentido wittgensteiniano, ou, regras socialmente compartilhadas, e, não, arbitrárias ou lógicas, regras que cruzam expectativa e acontecimento, nosso dever – o dever do organizador dos saberes – é participar do mundo como um possível saber-fazer do “entre”, uma gramática transversal que quer fazer sobre-viver e fazer comunicar as “gramáticas” do mundo – por exemplo, da “catalogação de obras raras em Química” para o químico reconhecer o que se deu no século XV em seu campo, tesouro do domínio “Química anglo-saxã” em 2012.

Dos significados vinculados ao termo “gramática”, ordenar, prescrever, identificar, descrever, comparar, especular, todos compõem a noção de *transgramáticas*. No entanto, aquela que é seu núcleo, seu coração e seu cérebro é a ideia de criação – a *inventio* da Retórica. As *transgramáticas* são fundamentalmente possibilidades de se reinventar o mundo – pois este é “pura” construção inestancável dos discursos, e as *transgramáticas* atuam como teias de mimetização reconfigurada de microdiscursos.

Nesse sentido, a noção responde pela hipótese de que o “conceito” de tecnologia – “tecnologias da informação e da comunicação” ou apenas “tecnologias da linguagem”, como preferimos – pode ser tomado a partir da ideia de *transgramáticas*. Retomando Joseph (1998, p. 27), a gramática representa a arte da linguagem que trata da “coisa-tal-como-ela-é-simbolizada”: ela é, pois, fruto e máquina do simbólico. A proposta das *transgramáticas* como o modelo de tecnologias da linguagem produzidas pela OS tem seu significado muito próximo do conceito de “Bibliomática”, desenvolvido por Robert L. Baticle, em 1981, ou seja, uma disciplina que diria respeito a todas as intervenções da informática nas áreas da escrita, da imagem e do som – logo, este domínio abrangeria “o tratamento ou processamento e a transmissão de documentos cujo conteúdo é codificado em linguagem binária” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 48) - Ou, simplesmente, “Bibliomática”: “disciplina da bibliologia que consiste no escrito informatizado” (FARIA; PERIÇÃO, 2008).

Para aquém e além deste tratamento eletrônico, os processos de *transgramatização* respondem, fundamentalmente, pela relação mimese-simbologia: a possibilidade de mimetizar (ou seja, sob uso de qualquer tecnologia, multiplicar as possibilidades de acesso e preservação) e, ao realizar este processo reprodutivo, construir novas “estações de sentido” que ressimbolizam o conteúdo envolvido no processo. Esta relação está, também ela, em Otlet (1934, p. 35): quando falamos em uma bibliologia tecnológica (*Bibliologie technologique*), tratamos de toda tecnologia ligada à reprodução e multiplicação dos livros. Porém, seu caráter puramente técnico é extrapolado no advogado belga: Otlet (1934) antevê também o caráter simbólico, compondo uma noção de “tecnologia” como reflexão sobre as técnicas da linguagem – por exemplo, considera o jornal uma máquina intelectual (*machine intellectuelle*) (OTLET, 1934, p. 151), ou ainda, toma a fotografia como a mais importante das máquinas criadas pelo homem (OTLET, 1934, p. 199). Soma-se a esses outro exemplo: o “princípio monográfico” otletiano explora cada ficha como “máquinas de

pensar” (OTLET, 1934, p. 256), indo muito além de seu mero caráter físico.

Mas que espécie de tecnologia da linguagem tratamos na OS? A técnica da fotografia? A linguagem de programação? *Hardwares* e/ou *softwares*? As *transgramáticas* são ações discursivo-miméticas transversais que se interpõem entre dois estados (indivíduos e instituições) numa dada “estação de sentido” e estabelece um terceiro elemento (um conjunto de regras compartilhadas), que sustenta brevemente a interrupção de seu distanciamento. Retomando, a metáfora que melhor ilustra nossa tentativa conceitual é a de uma teia (trama) densa que só existe porque está atrelada aos dois estados. Assim, não estamos, na OS, acorrentados nem à infraestrutura nem ao aplicativo, mas à possibilidade de aproveitar essas construções especificamente para transversalizar linguagens. Reencontramos aqui a historiografia da CI – historiografia, em verdade, da OS.

A palavra “biblioteca” pode ser substituída exatamente pelos termos “computador” e “computador digital”. **Podemos descrever a biblioteca moderna como um sistema de processos, práticas humanas e tecnologias, envolvendo hoje centralmente computadores. Como tal, a biblioteca é, com efeito, uma organização ou, metaforicamente, uma espécie de máquina, se quiserem, para manipular conteúdos digitais (por exemplo, bases de dados estatísticos), e os conteúdos não digitais do que chamamos documentos, que geralmente são textos, imagens e gráficos. Tradicionalmente, a criação e a manipulação de representações simbólicas de conteúdos de documentos – registros de catálogos de várias classes e de várias finalidades – e a reunião, preservação e apresentação dos objetos físicos que contenham atualmente textos, imagens e gráficos – e sons – têm sido tarefas profissionais de bibliotecários** (RAYWARD, 1996, p. 5, tradução nossa).

A biblioteca, ou o computador, ou a computação digital, lembra Rayward (1996), é “metaforicamente” uma “espécie” de “máquina” que cria e manipula representações simbólicas - O mesmo indica Serrai (1975, p. 142): a história das bibliotecas pode ser tomada como a busca à estabilidade e leveza – hoje, diríamos, portabilidade/flexibilidade. Essa prática, reflete o historiador da CI, tem sido realizada ao longo dos tempos por bibliotecários. Nossa revisão demonstra como a visão raywardiana não só pode ser tomada como relevante como deve ser reinterpretada: a “biblioteca” não é “metaforicamente” uma “espécie” de “máquina”. Em primeiro lugar, com a retórica nietzschiana, percebemos que, antes de seres da linguagem, somos seres retóricos; logo, ao invés de uma “espécie de máquina”, somos, de fato, como ramo gramatológico, uma máquina de “gramas”, de

mímemas, que se multiplicam simbolicamente antes, durante e depois de nossa intervenção.

Otlet (1934, p. 244, tradução nossa) realiza uma divisão entre a “máquina de emocionar”, ou seja, a arte, e a “máquina de reprodução da realidade”, a ciência – “O trabalho da ciência procura reproduzir a realidade, o trabalho da arte é uma transformação da realidade, uma deformação, uma humanização, uma criação”. Porém, se reconhecemos o pensamento simbólico em Paul Otlet e se visualizamos as transformações do pragmatismo na visão de mundo contemporânea, demarcamos nossa profunda aproximação entre ciência e arte nos estudos da informação. A própria conclusão da Retórica como domínio presente em todo o discurso científico – principalmente na OS - demonstra esta relação (a ciência, também ela, depende de uma espécie de comoção para se fazer visível). Isto resulta na compreensão final das *transgramáticas* como máquinas que envolvem mimese, educação, comunicação, política e, fundamentalmente, poética (*poiesis*), criação.

3.1 AS TRANSGRAMÁTICAS COMO TRANSGRAMÁTICAS

As *transgramáticas*, após relacionadas aos significados estruturais da ideia de “gramática”, atuam segundo princípios miméticos que visam à concisão, à especialização (que aqui significamos como comunhão de uma linguagem ordinária), à comunicação e à educação. Reunidas as questões anteriores e essas últimas, a concepção de *transgramáticas* aqui elaborada só pode dar-se reconhecido(a)

- a) a “natureza humana”, conforme Nietzsche (1999), como sendo produto da Retórica. Aqui se aplicaria também, apesar da necessidade de distinção, a visão heideggeriana de linguagem como morada do ser;
- b) a noção de “regra” segundo a visão wittgensteiniana;
- c) a noção derridiana de “gramatologia”, mas em seu sentido oposto – da *arqui* para a *pós* escritura;
- d) a noção de uma “transversalidade” entre comunidades que usam discurso, comunidades localizadas em um tempo-espaco específico;
- e) a noção de que estas “microgramáticas” trabalham com “metadiscursos” e,

desse modo, são potências políticas que promovem ações locais ou translocais;

f) a noção de que uma *transgramaticalidade* é sempre uma “gramática por vir”, uma construção sempre no encaixo da transformação que o uso provocou na linguagem em ação de uma dada comunidade;

g) a noção, por fim, de que as *transgramáticas* atuam sob e sobre o simbólico, multiplicando-o: não trabalhamos nem com palavras nem com significados nem com objetos, mas com as aproximações pragmáticas que o uso simbólico das noções que compõem um dado olhar sobre estas instâncias podem nos estabelecer provisoriamente.

Busca-se, com a noção, observar a experiência do organizador dos saberes no mundo como práxis simbólica. Em nossa visão, quebra-se a razão dicotômica entre escrito (supervalorização do traço arqui-inscrito de Derrida) e oral (supervalorização da fonologia como única estrada para o conhecimento de Platão) e incorpora-se o gesto, a plástica, o escrito e a fala, tudo aquilo que compõe as “camadas de potência” do *outrodocumento*.

Pergunta-se, pois, necessariamente: mas como fazer acontecer as *transgramáticas*? Como transformar em aplicabilidade esta condição chamada, aqui, “microgramáticas metadiscursivas”? O que procuramos demonstrar é que essas são feitas, elas já existem, e este significante – o neologismo *transgramáticas* – é uma noção que se quer apagada, que se quer muda, que apenas serve como um copo d’água: para acalmar, ainda que a água não tenha uma função de lenitivo absoluto. Afora a metáfora, o que temos é: um conceito mudo que nos ajuda a esclarecer nosso solo na linguagem. Nossa tentativa repousa, pois, na elaboração de um “conceito” que acaba por não existir, mas apenas está (quando em uso) – trata-se da tentativa de desenvolver um conceito “inútil”, posto que não quer significante de nada, mas significado de uma ação comum ao fazer informacional; que não quer, que não deve, que não pode ser pronunciado e está aí, silencioso, em tudo vivenciado, se há vida (movimento), ação do discurso, no espaço e no tempo da filosofia da OS.

Trata-se, em última análise, de reconhecer, segundo o método wittgensteiniano, um conceito que é recordação e vivência: as *transgramáticas* servem como elemento para o pensamento da OS “lembrar” o que fez e o que faz, assim como, enquanto dinâmica,

impulsiona a vontade de recriar nossas práticas primitivas – nossas linguagens primitivas. As *transgramáticas* nos fazem lembrar, fundamentalmente, da tríade Bibliologia, Filologia e Retórica em nossa paisagem discursiva. Noções, por exemplo, como preservar, ordenar, prescrever, descrever, identificar, respectivamente contidas em ações das disciplinas Preservação, Classificação, Normalização, Catalogação, Bibliografia estão contidas na noção de *transgramáticas*, posto, primeiramente, que estão vinculadas ao traço histórico de nossa relação retórico-bibliológico-filológica com a *gramática*, mas são aqui atentadas, em segundo lugar, para uma visão da filosofia da linguagem ordinária, de onde provém o *trans*, posto que, em nossa visão, devem ser tomadas como práticas cotidianas de reconhecimento da linguagem.

Resta-nos perceber como essa atuação *transgramatical* pode ser tomada não no sentido de uma “organização do conhecimento” com base no discurso da CI – ou seja, organização apenas daquele “conhecimento” que é dado por comunidades científicas. Como visto, pela expressão “organização dos saberes” – OS – procuramos dar conta de uma vasta forma de vida, carregada de discursos, ora institucionalizados como ciência, ora como pré-ciência. A OS, em nossa visão, não responde, no entanto, apenas pelo que, em um primeiro momento, trataríamos como “núcleo duro” – ou seja, “organizar” o que chamamos “saberes” não seria adotar unicamente práticas como catalogação e desenvolvimento de ontologias e de tesouros. Se tanto essas ações de nosso fazer como as demais – estudo de usuário, gestão do conhecimento, serviço de referência, bibliotecas digitais – estão envolvidas com manifestações simbólicas, reencontramos González de Gómez (1996a, 1996b, 2006): a ação do organizador dos saberes é, diante de sua vinculação objetiva à linguagem – seu fazer essencialmente metalinguístico –, uma ação política, desde as práticas tidas como “duras” aos seus mais variados ângulos de atuação.

A Figura 1 representa, de maneira esquemática, o resultado das impressões observadas sob a noção de *transgramáticas*.

Figura 1 - Transgramáticas



Fonte: O autor.

Como argumenta Foucault (1999),

As **ciências humanas**, com efeito, endereçam-se ao homem, na medida em que ele vive, em que fala, em que produz. É como ser vivo que ele cresce, que tem funções e necessidades, [...]; enfim, **porque tem uma linguagem, pode constituir para si todo um universo simbólico**, em cujo interior se relaciona com seu passado, com coisas, com outrem, a partir do qual pode imediatamente construir alguma coisa com um saber. (FOUCAULT, 1999, p. 485, grifo nosso).

As *transgramáticas* cuidam de preservar, de reconstituir, de provocar, de fazer comunicar este “universo simbólico”. Enraizada nas ciências humanas, a OS estabelece-se na e para uma abordagem simbólica. Seus quatro polos são: educação, comunicação, política e poiesis (ou apenas criação). As filosofias do campo – tratadas no capítulo terceiro – cuidam de justificar cada movimento necessário para os processos de *transgramatização* desempenhados na OS, fundamentalmente na elaboração de uma urbes transversalizada

pelas teias de acesso aos saberes.

3.2 TRANSGRAMÁTICAS E A “INVENÇÃO” DA CIDADE

É certo que muito antes da “informação” se tornar algo imprescindível para a paisagem epistemológica da OS, já trabalhávamos com conceitos que envolviam “poder”, e, principalmente, “simbolismo”. Este “simbolismo” está diretamente ligado à construção política de nossos argumentos. Refletida a revisão das seções anteriores, afirmamos que, em linhas gerais, o *neo* que existe no “neodocumentalismo” nos convoca para uma reflexão que está além da relação Otlet-Briet como documentalistas. Em outras palavras, a “inovação” da análise “neodocumental” está, também, em descortinar a Bibliologia e o século XIX, em demonstrar a amplitude do campo e, principalmente, o caráter simbólico de nossa práxis no terreno da política. Constatada essa questão, reconhecemos que a OS é, desde o helenismo, uma ação que se dá na direção dos anseios democráticos. Isto nada melhor do que, retomando, o século XIX pode demonstrar. Se a arte bibliológica existe na Antiguidade e no Medievo, nós não podemos tratá-la como saber consolidado, pois uma das principais – ou sua principal – justificativa para figurar como saber na árvore do conhecimento não está efetivada: a democracia.

De fato, a Biblioteconomia oriunda em Martin Schrettinger e na *École de Chartes* só pode ser tratada como semente de uma Bibliologia clara posto que se dá pós-revolução francesa. Por sua vez, a Biblioteconomia da vanguarda norte-americana, demarcada no *annus mirabilis*, o ano de 1876, pode ser tomada como a totalização dessa visão. A experiência democrática norte-americana não acontece sem as bibliotecas; as bibliotecas, por sua vez, só podem ser chamadas bibliotecas – ou seja, o “novo” conceito, “biblioteca pública” – por conta da experiência democrática americana. Esse âmbito, no entanto, terá sua maior expressão na Bibliologia de Paul Otlet (1934) inspirada em Gabriel Peignot (1802).

Indivíduo fundamentalmente político, indivíduo essencialmente urbano, posto que pautado na reflexão sobre a linguagem comum entre os homens e suas comunidades, o organizador dos saberes trabalha em atividades locais que procuram contribuir para a construção da “cidade logológica”, aquela estruturada pelo discurso livre e pelo reconhecimento dos limites do outro. Conceito mais claro para demonstrar este posicionamento está na *digvijaya* rangathaniana. A “marcha” pela construção de

bibliotecas, visando à educação de todo o mundo, tomada como uma “campanha militar sem armas”, uma “campanha pela paz” e pelo desenvolvimento humano, está significada tanto na Biblioteconomia norte-americana como na Bibliologia otletiana. Ela também estará presente nas grandes instituições que cuidarão de desenvolver políticas de informação pelo mundo, como a *International Federation of Library Associations and Institutions* – IFLA – e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO.

Outra vez chegamos a Otlet (1934, p. 419): o projeto final da Bibliologia é a Cidade Bibliológica, ou Cidade Mundial (*Cité mondiale*). Esta cidade é estruturada em três objetivos centrais:

1. Ao ser um instrumento prático para a cooperação internacional em todas as áreas, como em cada país, a Capital facilitará a cooperação [...]
2. Na ocasião, virá reunir todas as forças para a realização de uma cidade modelo [...]
3. **Enfim, virá construir uma representação e um símbolo permanente da unidade humana.** (OTLET, 1934, p. 419, tradução nossa, grifo nosso).

O que há de mais “material” na cidade: o discurso. A cidade é uma “coisa” discursiva – um sopro plástico (ação) do discurso. Eis uma exposição universal permanente, ou uma grande feira, um grande mercado, a *Cité mondiale* – ou apenas *Bibliopolis* – abrigaria, ao guardar, ressimbolizar e transmitir, os desígnios simbólicos das sociedades, ideias, sentimentos, projetos do homem. Tratar-se-ia, pois, da totalidade reunida em um só ambiente como símbolo e representação da humanidade. Como promotora de uma imensa gramática simbólica planetária, ela não poderia ser significada senão como um livro – “A cidade mundial será um Livro colossal” (OTLET, 1934, p. 425).

Como visualizamos em González de Gómez (1996a, 1996c, 2006), das práticas da OS, passando pelos regimes de informação, chegaríamos às políticas simbólicas. Em outras palavras, “de la fiche à la Cité mondiale” (OTLET, 1934, p. 425). Não há, pois, em nosso ponto de vista, expressão mais simples e objetiva que manifeste a relação entre o simbolismo do projeto da Bibliologia no século XIX, a linguagem e a ética do organizador dos saberes: a partir de uma das mais minuciosas atividades bibliológicas, a elaboração de uma ficha catalográfica, microuniverso mimético de uma manifestação simbólica qualquer, chegaríamos ao urbanismo utópico do “bem estar” coletivo – “bem estar informacional” – promovido pela OS na polis do *Livre*, invenção mais criativa da linguagem. A cidade não

existe senão como discurso. E uma filosofia da OS é, primitivamente, a “lembrança” desta “natureza”.

4 REFLEXÕES CONCLUSIVAS

La Cité Mondiale sera un Livre colossal, dont les édifices et leurs dispositions – et non seulement leur contenu –, se liront à la manière dont pierres des cathédrales se “lisaient” par le peuple au moyen âge. Le livre, instrument d’unité, de liberté et d’égalité sociales. (OTLET, 1934, p. 420).

Da necessidade de um conceito sintaticamente cego partiu nossa revisão final: a filosofia da OS – e, logo, a CI – necessita de um conceito que não tenha significante, apenas significado, a CI precisa se fazer viver pela experiência de sua “linguagem primitiva”, pautada na relação com a linguagem. Sobre essa plataforma que procuramos aqui trabalhar. Não foi e não é nosso foco desenvolver um novo conceito para o campo: nossa preocupação, única, foi elaborar uma noção que nos permitisse simultaneamente recordar nossa construção como campo do saber e, ao mesmo tempo, que servisse para refletir este passado nos desafios que se apresentam hoje. Essa reflexão final contou com três etapas distintas e complementares:

- Discutir a vigência de um “imperativo mimético” que nos coloca como dependentes, *a priori*, de uma visão sobre a “materialidade” em sua diversidade – se existe um *a priori* na condição humana, como em Nietzsche (1999), este nada mais é que a Retórica; neste ponto, procuramos demonstrar como, a partir do “neodocumentalismo”, podemos elaborar interpretações distintas sobre nossa relação entre o saber produzido no campo da OS e a linguagem;
- Aprofundar a relação entre linguagem e OS tendo como direção o elemento simbólico que há nesta união a partir da reavaliação das propostas “neodocumentalistas”, percebendo como outras formas de analisar nossa raiz na linguagem concebem visões diferentes sobre nossa epistemologia;
- Elaborar uma espécie de “quase-conceito”, *transgramáticas*, que permite fazer ao organizador dos saberes “lembrar”, conforme o método filosófico wittgensteiniano, seu “passado histórico”, sua “práxis no tempo”, como também pensar sua “recriação permanente” no mundo contemporâneo, demarcando seu papel político de outrora e atual.

- Discutir a possibilidade de um método da OS tratado por “análise *transgramatical*”, que envolveria em duas ações complementares: *meta* e *ec* – tomadas por um eixo comum: a abordagem simbólica: a) *meta*: perceber como um saber (uma ciência, um sindicato, uma comunidade qualquer que produz discursos) existe a partir das formas de organização que ela se propõe, ou seja, a ideia de comunidade como aquilo que a documenta e é por ela construído como documentado; b) *ec*: perceber como um corpo de discursos existe antes do documentado – a “Documentação sem documento” de Otlet (1934) –, investigar os silêncios que podem chegar ao documentado e seu processo de “movimentar-se para fora”, para o exterior que é o mímema. No conjunto desta verificação, pontuar as “transposições” de caráter simbólico, as “estações de sentido” que produziram a ideia de “organização” dessa comunidade e a ideia de que os “documentos” simbolizam seus indivíduos.

Em linhas gerais, reafirmando nossa posição metodológica, como afirma Wittgenstein (§127, WITTGENSTEIN, 1979, p. 57), a práxis filosófica nada mais é do que “um acumular de recordações para uma finalidade determinada”. Em certa medida, o “neodocumentalismo”, ao remontar, de Rayward e Bradford a Buckland, Day, Lund e Frohmann, a obra e o pensamento de Paul Otlet, representa a própria aplicação mais coerente do método filosófico wittgensteiniano em nosso campo. Insistir no século XIX, mas, também, pisar na Antiguidade, caminhar pelo Medievo e pelos primórdios da Modernidade não representa, pois, como a historiografia raywardiana nos demonstra, um movimento de recuo ou passadismo neutro. Acreditamos que as *transgramáticas* são fundamento para essa lembrança permanente e ativa, dinâmica, que permite recriar nossa filosofia, como também reconsiderar as intervenções práticas de cada ramo da OS na sociedade. Em termos mais íntimos de nossa “linguagem primitiva”, uma saudade, nostalgia que nos faz apegados ao passado, mas simultaneamente nos leva, de tempos em tempos, a recorrer aos nossos guardados simbólicos (cartas, fotos, mensagens de correio eletrônico ou celular), e reorganizar, reclassificar, selecionar, eliminar, enviar, reescrever. Uma saudade que é ação.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ARNAULD, A.; LANCELOT, C. **Gramática de Port-Royal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

AUROUX, S. **A Filosofia da linguagem**. Campinas: Unicamp, 1998.

BARATIN, M. Da biblioteca à gramática: o paradigma da acumulação. In: BARATIN, M.; JACOB, C. **O Poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. p. 227-233.

BUCKLAND, M. K. *Information schools: a monk, library science and the information age*. In: HAUKE, P. *Library Science – Quo vadis?* Munich: K. G. Saur, 2005. p. 19-32.

CAPURRO, R. What is Information Science for? a philosophical reflection In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Ed.). **Conceptions of Library and Information Science; historical, empirical and theoretical perspectives**. In: INTERNATIONAL CONFERENCE FOR THE CELEBRATION OF 20TH ANNIVERSARY OF THE DEPARTMENT OF INFORMATION STUDIES, UNIVERSITY OF TAMPERE, FINLAND.1991. *Proceedings...* London, Los Angeles: TaylorGraham,1992. p. 82-96.

CASSIN, B. **O efeito sofístico**. São Paulo: Ed. 34, 2005.

CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, C. R. de O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

CURTIUS, E. R. **Literatura européia e idade média latina**. São Paulo: Hucitec, 1996.

DERRIDA, J. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

_____. **Papel-máquina**. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

FARIA, M. I. R. de; PERICÃO, M. da G. **Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico**. São Paulo: Edusp, 2008.

FORTES, F. da S. As Institutiones grammaticae de Prisciano de Cesareia no pensamento metalingüístico greco-romano. **Revista Eletrônica Antiguidade Clássica**, v. 5, n. 1, p. 69-84, 2010.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 2009.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, M. et. al. **Estruturalismo e teoria da linguagem**. Petrópolis: Vozes, 1971.

FROHMANN, B. Documentation redux: prolegomenon to (another) philosophy of information. **Library Trends**, v. 52, n. 3, p. 387-407, win. 2004.

_____. Reference, representation, and the materiality of documents. In: COLÓQUIO CIENTÍFICO INTERNACIONAL DA REDE MUSSI. 2011. **Anais...** Toulouse: Université de Toulouse 3, 2011.

_____. Revisiting “what is a document?” **Journal of documentation**, v. 65, n. 2, p. 291-303, 2009.

GALINDO ROMEO, P. Prólogo del traductor. In: KROLL, W. **Historia de la filología clásica**. Barcelona: Labor, 1941. p. 7-11.

HOUAISS, A.; VILLAR, M.; FRANCO, F. M. de M. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

JACOB, C. Prefácio. In: BARATIN, M.; JACOB, C. **O Poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 2008. p. 9-17.

JOSEPH, M. **O Trivium: as artes liberais da lógica, gramática e retórica: entendendo a natureza e a função da language**. São Paulo: É Realizações, 2008.

KROLL, W. **Historia de la filología clásica**. Barcelona: Labor, 1941.

LOPES, R. A. **Elementos de Retórica em Nietzsche**. São Paulo: Loyola, 2006.

NIETZSCHE, F. **Da retórica**. 2.ª ed. Lisboa: Vega, 1999.

_____. **Rhétorique et langage**. Paris: Éditiones de La Transparence, 2008.

OTLET, P. Letter from Paul Otlet, 24 march 1895. In: VANN, S.K. **Melvil Dewey: his enduring presence in Librarianship**. Littleton (Colorado): Libraries Unlimited, 1978a. p. 189.

_____. Letter from Paul Otlet, 08 de june 1895. In: VANN, S.K. **Melvil Dewey: his enduring presence in Librarianship**. Littleton (Colorado): Libraries Unlimited, 1978b. p. 190.

_____. L'organisation des travaux scientifiques. In: ASSOCIATION FRANÇAISE POUR L'AVANCEMENT DES SCIENCES. **Conférences faites en 1919-1921**. Paris: Association Française pour L'Avancement des Sciences, 1919. p. 13-50. Conferência proferida em 23 de fevereiro de 1919.

_____. **Traité de documentatation**: le livre sur le livre: théorie et pratique. Bruxelles: Editiones Mundaneum, 1934.

_____. **El Tratado de documentación**: el libro sobre el libro: teoría y práctica. Tradução de María Dolores Ayuso García. Murcia: Universidad de Murcia, 1996.

PEIGNOT, G. **Dictionnaire raisonné de bibliologie**. Paris: Chez Villier, 1802a. tomo 1.

RAYWARD, W.B. The History and historiography of information science: some reflections. **Information and Management**, v. 32, n. 1, p. 3-17, 1996.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 1985.

SERRAI, Alfredo. História da biblioteca como evolução de uma idéia e de um sistema. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 141-161, set. 1975.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.